



INFORMATIVO

MAIO | 2019

podemos

CÂMARA

A VOZ DO PODEMOS NA COMISSÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Pág. 3

Deputado Federal
Léo Moraes (RO)

SECRETARIA DA TRANSPARÊNCIA COMEÇA OS TRABALHOS

Pág. 6

A LUTA DE DIEGO GARCIA PELO FORTALECIMENTO DO COAF E DO COMBATE À CORRUPÇÃO

Pág. 9

IGOR TIMO LUTA PELOS DIREITOS DAS VÍTIMAS ATINGIDAS POR BARRAGENS

Pág. 13





SUMÁRIO

- 3** Aluisio Mendes defende veto à proposta que amplia reserva indígena
- 4** Deputado José Medeiros quer restringir direitos de ex-presidentes condenados em segunda instância
- 5** Imposto de eletrônicos para alunos e professores da rede pública
- 6** Secretaria da transparência começa os trabalhos
- 7** Bacelar pede pressa na aprovação da PEC do Fundeb
- 8** Renata Abreu defende a regularização dos jogos
- 9** A luta de Diego Garcia pelo fortalecimento do COAF e do combate à corrupção
- 10** A voz do Podemos na Comissão da Reforma da Previdência
- 12** Deputado pastor Marco Feliciano integra comitiva do presidente Jair Bolsonaro nos Estados Unidos
- 13** Igor Timo luta pelos direitos das vítimas atingidas por barragens
- 14** É preciso repensar o transporte aéreo de passageiros no Brasil



ALUISIO MENDES DEFENDE VETO À PROPOSTA QUE AMPLIA RESERVA INDÍGENA

“NO QUE
DEPENDER DE
MIM, NÃO SERÃO
AMPLIADAS E
NEM TEREMOS
NOVAS RESERVAS
INDÍGENAS NO
MARANHÃO”

O deputado federal Aluisio Mendes (Podemos/MA) e a prefeita de Amarante do Maranhão, Joice Marinho (PDT), estiveram reunidos com o presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL), e com o presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), general Franklimberg de Freitas, para pedir a suspensão do processo de ampliação da Reserva Indígena Governador. Atualmente, de acordo com dados oficiais, a Reserva registra 41,6 mil hectares. Caso a expansão se confirme, a área passará para 204,7 mil hectares. Ou seja, Amarante teria mais de 70% do território constituído por reservas indígenas. Mais de 75 povoados estão fixados no espaço de ampliação pretendido pela FUNAI.

O presidente Jair Bolsonaro agradeceu o encaminhamento de Aluisio e disse que, em seu governo, não haverá ampliação das reservas. “No que depender de mim, não serão ampliadas e nem teremos novas reservas na região”, disse o presidente.

Aluisio Mendes defende a suspensão do processo e destaca os impactos negativos da proposta: “a região tem o segundo maior rebanho bovino do Maranhão. Essa reserva tem mil índios e 44 mil hectares. A proposta é ampliar para 200 mil hectares e desalojar 20 mil pessoas. O presidente não tinha conhecimento e pediu para que a FUNAI suspenda o estudo imediatamente”, afirmou o deputado Aluisio Mendes.

Com uma população estimada em 40 mil habitantes, o município de Amarante está entre os dez maiores em extensão territorial do Maranhão e possui metade dos seus 7.669,090 km² destinados às reservas indígenas. A Terra Indígena Governador, existente no local e alvo de estudos para ampliação, pertence à etnia Gavião.



“MEU PROJETO VISA RESTRINGIR DIREITOS DE EX-PRESIDENTES CONDENADOS EM SEGUNDA INSTÂNCIA POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA OU INFRAÇÃO PENAL, CUJA PRÁTICA IMPLIQUE INELEGIBILIDADE OU PENA DE RECLUSÃO”

DEPUTADO DO PODEMOS QUER RESTRINGIR DIREITOS DE EX-PRESIDENTES CONDENADOS EM SEGUNDA INSTÂNCIA

O deputado federal José Medeiros (Podemos/MT) apresentou projeto para restringir direitos de ex-presidentes condenados em segunda instância por improbidade administrativa ou infração penal, cuja prática implique inelegibilidade ou pena de reclusão. O parlamentar entende que, nesses casos, não é razoável que ex mandatários possam ser objeto dos direitos e das vantagens que a lei assegura aos demais ocupantes do cargo de Presidente da República.

“O cidadão ou qualquer agente público que é condenado pela prática de um ato ilícito, em determinadas condições, pode ter restringidos os seus direitos, ou o seu exercício, enquanto durar a condenação. Na hipótese em que essa pessoa tenha exercido o cargo de Presidente da República, essas exigências devem ser

igualmente postas em lei com clareza e nitidez”, diz José Medeiros.

Atualmente, ex-presidentes têm direito a utilizar os serviços de quatro servidores, para segurança e apoio pessoal, dois veículos oficiais com motoristas, e dois assessores, com despesas custeadas pela Presidência da República. Essa estrutura custa cerca de R\$ 5,5 milhões por ano.

O senador Lasier Martins (RS), também do Podemos, é autor de uma proposta semelhante no Senado. “Não se pode ‘premiar’ com benesses estatais, ainda que legais, quem não dignificou o cargo que ocupou”, defende.

O projeto de Lasier Martins também restringe os direitos aos ex-presidentes pelo prazo máximo de 20 anos. Pela lei em vigor, não há nenhum limitador temporal, e a estrutura deve ser paga em “caráter permanente”.

O Projeto de Lei 739/19 concede isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos computadores pessoais, smartphones, tablets, notebooks e modems produzidos no País e adquiridos por professores e estudantes de instituições públicas de ensino. A proposta foi apresentada pelo deputado federal Ricardo Teobaldo (Podemos/PE). O texto já tramita na Câmara dos Deputados.

Atualmente, segundo Ricardo Teobaldo, os equipamentos eletrônicos pessoais produzidos no País, e seus acessórios, não recolhem a contribuição para o PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Para ele, a isenção do IPI é mais uma forma de incentivar a inclusão digital de alunos e professores de escolas públicas.

A isenção também vale para os acessórios dos equipamentos eletrônicos (como teclados e mouse) e poderá ser utilizada uma vez a cada dois anos. Caberá à Receita Federal verificar se a pessoa

interessada preenche os requisitos para ter acesso ao benefício fiscal. O texto determina ainda que o aluno ou professor será obrigado a pagar o IPI dispensado se o produto for vendido antes de um ano da compra.

TRAMITAÇÃO

O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Educação; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

ISENÇÃO DE IMPOSTO DE ELETRÔNICOS PARA ALUNOS E PROFESSORES DA REDE PÚBLICA

“APRESENTEI PROJETO QUE CONCEDE ISENÇÃO DE IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI) AOS COMPUTADORES PESSOAIS, SMARTPHONES, TABLETS, NOTEBOOKS E MODEMS PRODUZIDOS NO PAÍS E ADQUIRIDOS POR PROFESSORES E ESTUDANTES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO”





SECRETARIA DA TRANSPARÊNCIA

SECRETARIA DA TRANSPARÊNCIA COMEÇA OS TRABALHOS

PASTA FOI LANÇADA EM CERIMÔNIA E SERÁ COMANDADA PELO DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA

Foi lançada, na quarta-feira (15), em cerimônia no Salão Nobre da Câmara, a Secretaria da Transparência. Iniciativa inédita na Casa, a pasta será comandada pelo deputado Roberto de Lucena, do Podemos. O evento também celebrou o aniversário de 8 anos de criação da Lei de Acesso à Informação (12.527/11).

“A Secretaria nasce de uma decisão da Câmara de discutir os temas de frente com a Sociedade, olho no olho. A Casa já é uma referência nacional e internacional quando se fala em transparência e agora vamos aprimorar ainda mais essas ferramentas para que possamos organizar, catalogar todas as informações que a sociedade deseja”, destacou Lucena (Podemos/SP). O novo Secretário foi nomeado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

A Secretaria da Transparência já começou suas atividades, e está sediada no Edifício Principal da Câmara. Terá entre suas funções supervisionar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação, promover a cultura da transparência na Casa, nos

demais Poderes e na sociedade civil, propor medidas de aprimoramento da legislação, acesso à informação e controle social da administração pública.

“Vamos usar todas as ferramentas e, de maneira especial, a tecnologia da informação para aproximar ainda mais a Câmara da sociedade. É o desejo do Presidente Rodrigo Maia, e de todo o colegiado da Câmara. É um dia de grande vitória para o Parlamento e para o Brasil, também”, acrescentou o Secretário.

Compareceram ao lançamento diversos deputados do Podemos entre eles Renata Abreu, presidente da sigla, o líder do partido José Nelto (GO), além dos deputados Igor Timo (MG), José Medeiros (MT) e o senador Elmano Ferrer (PI). Além da deputada Geovânia de Sá (PSDB/SC), representando a Mesa Diretora.

“ A SECRETARIA DA
TRANSPARÊNCIA NASCE DE
UMA DECISÃO DA CÂMARA
DE DISCUTIR OS TEMAS DE
FRENTE COM A SOCIEDADE,
OLHO NO OLHO ”

Reconhecido por sua atuação em defesa do ensino público de qualidade, o deputado federal Bacelar (Podemos/BA) foi escolhido como presidente da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15/15, que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Principal fonte de financiamento da educação nos estados e municípios, o Fundeb entrou em vigor em 2007, mas tem validade até 2020. O fundo movimenta R\$ 156,4 bilhões e beneficia 40 milhões de estudantes, da educação infantil ao ensino médio.

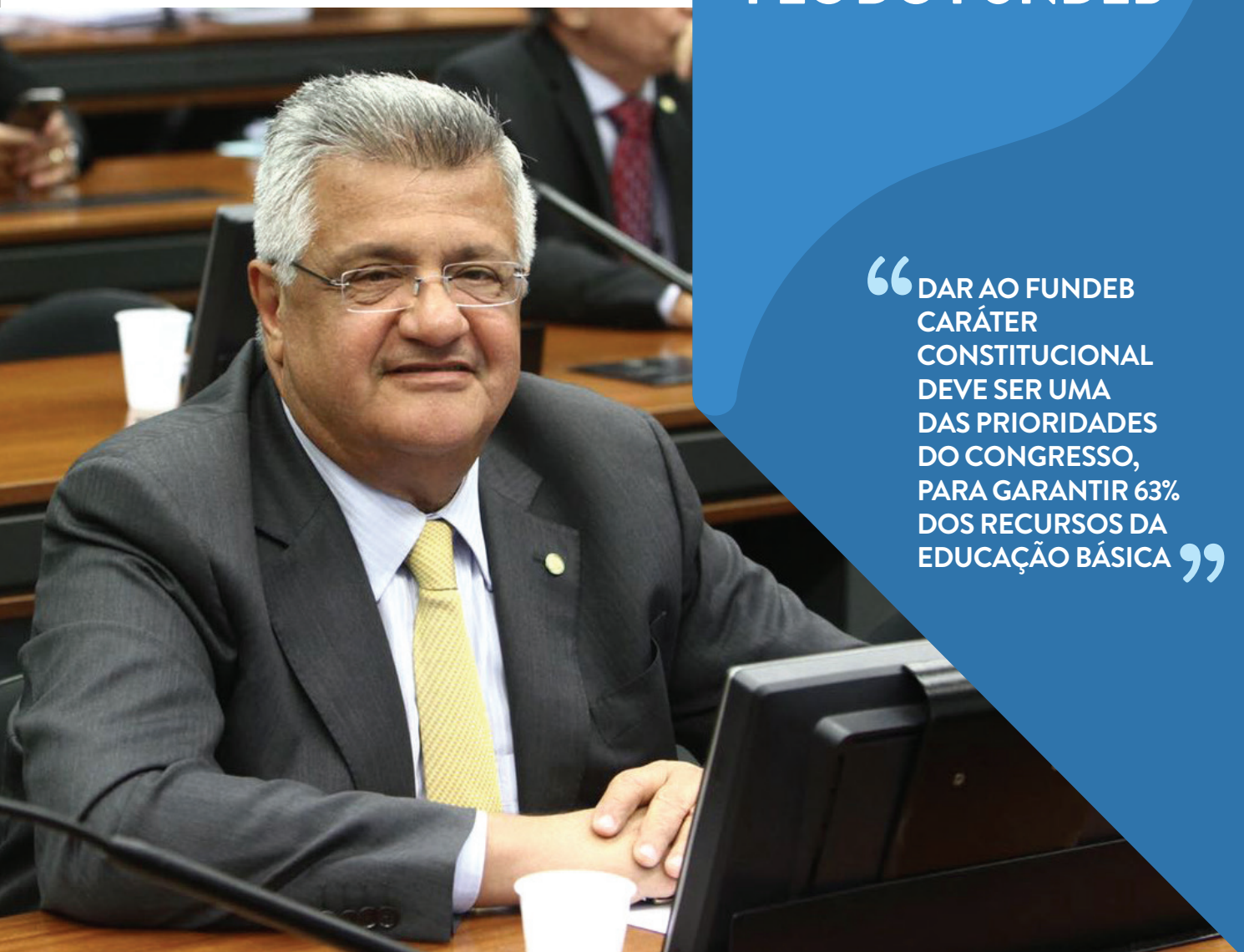
Na avaliação de Bacelar, dar ao Fundeb caráter constitucional deve ser uma das prioridades do Congresso, para garantir 63% dos recursos da educação básica. “Temos pouco tempo. Está apertado. Precisamos de agilidade. Se não houver continuidade,

a educação brasileira irá travar e, mais uma vez, o filho do trabalhador será prejudicado”, alertou.

O deputado destacou ainda que vai atuar em prol dos estudantes, independente de questões partidárias. “Não haverá enfrentamento. Estamos tratando de uma política de Estado e não de uma administração. O Fundeb tem que estar acima de qualquer ideologia”.

BACELAR PEDE PRESSA NA APROVAÇÃO DA PEC DO FUNDEB

“DAR AO FUNDEB CARÁTER CONSTITUCIONAL DEVE SER UMA DAS PRIORIDADES DO CONGRESSO, PARA GARANTIR 63% DOS RECURSOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA”





RENATA ABREU DEFENDE A REGULARIZAÇÃO DOS JOGOS

A regularização dos jogos poderá movimentar mais de R\$ 60 bilhões por ano no Brasil, criando empregos e contribuindo com a melhoria socioeconômica do país. Por esse motivo, a deputada federal Renata Abreu (Podemos/SP) faz parte da Frente Parlamentar Mista que tem como objetivo a criação de um Marco Regulatório para o tema no Brasil. A Frente foi lançada recentemente e tem como coordenador o deputado federal Bacelar (Podemos/BA).

“A regularização é uma saída para criar vagas de emprego e ajudar a estabilizar os cofres públicos. Estimamos a abertura de 650 mil empregos diretos e 600 mil indiretos com essa medida, ajudando assim no desenvolvimento econômico dos lugares com casas de jogos”, afirma a parlamentar.

Brasil e Bolívia são os dois países da América do Sul que ainda proíbem os jogos de azar em seus territórios. “O Congresso precisa superar a hipocrisia, discutir a matéria e regulamentar o jogo da forma mais adequada a cumprir suas finalidades de lazer, contribuindo com recursos para financiar ações sociais”, diz ela.

Renata Abreu é autora do Projeto de Lei 147/2015, que libera a exploração de bingos e outros jogos de apostas, com a atividade sendo exercida por concessionárias escolhidas por licitação, com concessão por tempo determinado. O projeto também retira o jogo do bicho do rol das contravenções penais previstas na legislação.

“A REGULARIZAÇÃO DOS JOGOS NO BRASIL É UMA SAÍDA PARA CRIAR VAGAS DE EMPREGO E AJUDAR A ESTABILIZAR OS COFRES PÚBLICOS. ESTIMAMOS A ABERTURA DE 650 MIL EMPREGOS DIRETOS E 600 MIL INDIRETOS COM ESSA MEDIDA”

Quem acompanhou a tramitação da Medida Provisória 870, pôde ver a repercussão de alguns pontos polêmicos que o texto trazia, como a mudança do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para o Ministério da Economia, a limitação da atuação dos auditores fiscais da Receita Federal e o desmembramento do Ministério do Desenvolvimento Regional para a criação de dois novos Ministérios.

O deputado federal Diego Garcia (Podemos/PR) foi contra essas alterações desde o início da discussão do relatório da MP. Na reunião da Comissão Mista, no dia 9 de maio, votou contrariamente à retirada do Coaf das mãos do Ministro Sérgio Moro. No entanto, a maioria dos parlamentares votou pela transferência do órgão para a pasta da Economia.

No mesmo dia, parlamentares do “Centrão” articularam uma votação do texto aprovado na comissão às pressas e com o Plenário da Câmara esvaziado. Diego Garcia estava atento e impediu a votação. Se não tivesse realizado essa ação, a MP já teria sido votada sem um amplo debate e também sem a participação de mais deputados e da população.

Com a MP 870 pautada para votação, no dia 22 de maio na Câmara, o Podemos apresentou um destaque para que o texto que tratava da transferência do Coaf

fosse votado separadamente e de forma nominal. Diego Garcia, representando a vontade da maioria do partido, defendeu incansavelmente que o órgão continuasse com Sérgio Moro no Ministério Da Justiça. “No governo anterior, o Coaf estava meio esquecido. Desde que foi transferido para o Ministério da Justiça, inúmeros foram os ganhos. O combate à corrupção vinha sendo fortalecido e recebendo a devida atenção! O número de servidores aumentou, bem como houve a criação de uma parceria com outros órgãos como Ministério Público e as Polícias Federal e estaduais”, destacou Garcia.

No entanto, por uma diferença de 18 votos, a maioria dos parlamentares votou para que o Coaf fosse transferido para o Ministério da Economia. Já na outra sessão de votação, realizada no dia seguinte, o Plenário decidiu que os auditores fiscais não teriam suas atribuições prejudicadas e os dois novos ministérios não seriam mais criados. Agora, o texto da MP 870 segue para o Senado Federal.

Em reunião com Sérgio Moro, no dia 23, o Ministro agradeceu a atuação de Diego Garcia e dos demais que trabalharam na defesa do Coaf e de seu trabalho no Ministério da Justiça.

A LUTA DE DIEGO GARCIA PELO FORTALECIMENTO DO COAF E DO COMBATE À CORRUPÇÃO

“REPRESENTANDO A VONTADE DA MAIORIA DO PODEMOS, DEFENDI INCANSABILMENTE QUE O COAF CONTINUASSE COM SÉRGIO MORO NO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA”

A VOZ DO PODEMOS NA COMISSÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

“EM UM PAÍS DE PRIVILÉGIOS PARA POUCOS, NÃO PODEMOS PERMITIR QUE OS BRASILEIROS QUE MAIS ENFRENTAM DIFICULDADES TENHAM SEUS DIREITOS PREJUDICADOS COM A REFORMA DA PREVIDÊNCIA.”

Mesmo sendo novato no Congresso Nacional, o deputado federal Léo Moraes (Podemos/RO) vem tendo atuação de destaque no parlamento. Prova disso é a indicação feita pelo PODEMOS para que o rondoniense represente o partido como membro titular da Comissão Especial da PEC 006/2019, da Reforma da Previdência.

Já no primeiro dia de reunião da comissão, o parlamentar protocolou quatro requerimentos para aprofundar o debate acerca da proposta: solicitando audiência pública com organizações que representam os servidores públicos, magistrados, juizes, oficiais de justiça e outros representantes do judiciário; solicitando a presença do Secretário Especial da Previdência, Rogério Marinho, e do Secretário de Previdência, Leonardo Rolim, para apresentação de dados e esclarecimento de dúvidas sobre a reforma; pedindo uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Rondônia para discutir e entender os impactos da reforma em Rondônia; e solicitando uma audiência pública com representantes do setor da educação, professores e servidores todos os níveis.



Apesar de ter votado favoravelmente à admissibilidade do texto na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara, o deputado Léo Moraes ressalta que o texto não alcança os anseios e necessidades da população. “Da forma como chegou, o texto não beneficia a sociedade, e alguns direitos podem ser feridos, enquanto determinadas castas mantêm seus privilégios”.

Entre os pontos criticados pelo parlamentar, estão a proposta do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o pedágio dos servidores públicos e o aumento do tempo mínimo de contribuição para as mulheres que trabalham na educação. “O texto traz a diminuição de metade da renda dos idosos, que já vivem em situações extremas, além de um aumento do sacrifício das professoras, que já sofrem

física e psicologicamente com uma profissão tão desgastante e não reconhecida. O modelo de capitalização previsto, a proposta de aposentadoria dos trabalhadores rurais e os servidores da segurança também precisam ser revistos, pois sacrificam muito uma boa parcela da população, enquanto os militares, por exemplo, mantêm uma série de benefícios”.

O deputado, que abriu mão da aposentadoria especial dos parlamentares e solicitou o ingresso ao Regime Geral da Previdência Social, ressalta que se dedicará para evitar que os mais necessitados sejam os maiores prejudicados com a reforma. “Em um país de privilégios para poucos, não podemos permitir que os brasileiros que mais enfrentam dificuldades tenham seus direitos prejudicados. Lutaremos, diariamente, para que a reforma seja, acima de tudo, justa”.



DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO INTEGRA COMITIVA DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO NOS ESTADOS UNIDOS

“FOI UMA GRANDE
HONRA SER
CONVIDADO
PELO PRÓPRIO
PRESIDENTE JAIR
BOLSONARO PARA
COMPOR SUA
COMITIVA AOS
ESTADOS UNIDOS”

Membro da Frente Parlamentar Evangélica da Câmara dos Deputados, o deputado Pastor Marco Feliciano (Podemos/SP) fez parte da comitiva do presidente da República Jair Bolsonaro que foi a Dallas, no estado do Texas, receber o prêmio de Pessoa do Ano pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos no último mês.

O deputado Pastor Marco Feliciano destaca que foi um privilégio poder participar da comitiva e observa que a ida do presidente ao evento foi vista com bons olhos pelos empresários locais.

“Para mim, em especial, foi uma grande honra ser convidado pelo próprio presidente Jair Bolsonaro para compor sua comitiva. Na viagem, pude observar como o nosso presidente é querido pelos nossos irmãos que migraram para aquele país. Senti o respeito que o Brasil tem entre os empresários investidores que acompanham nossa economia. Isso nos faz protagonistas de uma nova América do Sul”, ressalta o deputado Marco Feliciano.

O deputado Pastor Marco Feliciano afirma que o encontro trará resultado positivo às relações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos.

O deputado Igor Timo (Podemos/MG) é o sub-relator da pasta de segurança e justiça da CPI de Brumadinho, que foi instalada na Câmara dos Deputados no dia 23 de abril.

O rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão em Brumadinho (MG) já é a segunda, em pouco mais de três anos, que marca o Brasil e o estado de Minas Gerais com mais de 250 vítimas e 34 desaparecidos. Para Igor Timo, o papel da CPI de Brumadinho é essencial para combater a impunidade e evitar que novos rompimentos aconteçam.

“Nós, que estamos fazendo parte desta CPI, precisamos assumir a responsabilidade de trazer para o povo mineiro a garantia de que isso não irá se repetir. Precisamos atuar de forma célere — isso é extremamente importante —, porque já há rumores de que 30 barragens do nosso Estado se encontram em estado crítico. Não podemos esperar que mais um mar de lama corra sobre os vales de Minas Gerais”, enfatiza o deputado Igor Timo.

DEPOIMENTOS DOS ENVOLVIDOS

Sub-relator de segurança e justiça da CPI de Brumadinho, Igor apresentou 19 requerimentos para depoimentos de autoridades envolvidas com o rompimento da barragem. Entre os requerimentos aprovados estão os do ex-presidente da Vale Fábio Schvartsman e do atual presidente Eduardo Bartolomeo. O parlamentar também é coautor em

nove projetos de leis que visam aumentar a segurança das barragens no Brasil.

REALIDADE DE BARÃO DE COCAIS (MG)

O trabalho do deputado Igor Timo em defesa dos direitos das famílias que moram em regiões de barragens vai além da atuação direta na CPI de Brumadinho. No último mês, ele esteve em Barão de Cocais (MG), cidade mineira que sofre com a ameaça de rompimento da barragem da mina Gongo Soco.

O deputado relata preocupação com as famílias que vivem em Barão do Cocais e denuncia, mais uma vez, a insensibilidade e o desrespeito da Vale. Segundo Igor Timo, as pessoas foram tiradas de casa e levadas para um abrigo, e permanecem em um regime semelhante a um cárcere privado.

GARANTIA DE DIREITOS

O deputado Igor Timo reforça o compromisso com as vítimas e famílias atingidas pelo rompimento das barragens e assegura que providências estão sendo tomadas.

“Chega! Já tivemos Mariana, tivemos Brumadinho e agora estamos na iminência de ter em Barão de Cocais. Não vamos nos furtar da nossa responsabilidade. As mineradoras não vão mais colocar o lucro acima do bem maior que é a vida. Assumo o compromisso: os responsáveis irão pagar por isso”, afirma o parlamentar.

IGOR TIMO LUTA PELOS DIREITOS DAS VÍTIMAS ATINGIDAS POR BARRAGENS

“NÓS, QUE ESTAMOS FAZENDO PARTE DA CPI DE BRUMADINHO, PRECISAMOS ASSUMIR A RESPONSABILIDADE DE TRAZER PARA O POVO MINEIRO A GARANTIA DE QUE ISSO NÃO IRÁ SE REPETIR”



É PRECISO REPENSAR O TRANSPORTE AÉREO DE PASSAGEIROS NO BRASIL

“A COBRANÇA DA BAGAGEM É SÓ UM COMPONENTE DO EMARANHADO DE PEGADINHAS CRIADAS COM UM ÚNICO OBJETIVO: SURRUIPAR O BOLSO DO PASSAGEIRO”

Votamos na Câmara dos Deputados a Medida Provisória 863/2018, que controla ações das companhias aéreas no Brasil e, principalmente, as novas regras para a retomada do despacho gratuito de bagagem em voos nacionais. Mesmo com resistência de setores da equipe econômica e com a chancela da Agência Nacional Civil (Anac), é preciso encarar esse desafio. No passado, antes das Medidas Provisórias, as companhias aéreas se comprometeram diminuir o valor exorbitante das passagens, caso a ANAC concordasse com a limitação das bagagens em voos domésticos.

Pois bem, o tempo passou e as companhias, agora com a conivência da agência reguladora, lutaram para impedir a aprovação de uma lei regulamentando o assunto, mesmo que não tenham cumprido a promessa de não aumentar as passagens. A concentração das rotas doméstica cada vez maior, uma vez que a quarta maior companhia está à beira da falência, só tem dificultado a vida dos consumidores brasileiros, que já pagam uma das passagens mais caras do mundo.

O Brasil é um país continental e dependente do transporte rodoviário. Além de outros modais, como marítimo e ferroviário, o transporte aéreo de passageiro deveria ter uma atenção especial por parte do governo e da agência reguladora.

Contudo, o que temos assistido é uma inversão dos valores. Parece que o governo e a Anac estão do lado das gigantes aéreas que controlam tudo no sistema. Rotas, preços de bilhetes, aeroportos privatizados e caros, são apenas alguns dos exemplos do infortúnio dos passageiros que estão à mercê do lucro das empresas.

Por isso, devemos olhar com cuidado alternativas que estão em andamento no Congresso Nacional, especialmente, a abertura de rotas para novas companhias internacionais operarem nos voos domésticos. A cobrança da bagagem é só um componente do emaranhado de pegadinhas criadas com um único objetivo: surruipear o bolso do passageiro. No jogo das companhias, que patrocinam um pesado lobby em muitos setores públicos, incluindo o parlamento, quem sai perdendo é o Brasil.

É preciso repensar o sistema. Alguns passos foram dados com a promessa de melhorar a vida dos passageiros. Os mais lucrativos aeroportos foram ou estão prestes a serem privatizados. A roda econômica é importante no atual momento do país, mas não podemos ignorar o consumidor. Estaremos atentos na Câmara, onde integro a Comissão de Defesa do Consumidor e de Infraestrutura.

Vamos acompanhar!

José Nelto é advogado, líder do Podemos na Câmara dos Deputados. Eleito pelo Estado de Goiás.

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados: deputado federal José Nelto (GO)

Presidente Nacional do Podemos: deputada federal Renata Abreu

Chefe de Gabinete: Fábio de Souza Oliveira

Direção Geral: Fernando Vieira

Jornalista Responsável: Alisson Esteves

Colaboradores:

Danielle Soares, Danilo Oliveira, Débora Arruda, Flávia Rabelo, Gabrielle Fernandes, Gustavo Schuabb, Hevandro Soares, Lola Nicolás, Mariana Torres, Maura Mosquera, Rafael Secunho, Robert Alves, Saulo Rolim, Thiago Bastos.

Foto de Capa: Acervo da Câmara dos Deputados

Projeto gráfico: IV5 Inteligência em Comunicação e Marketing



JUNTOS
PODEMOS

 podemos.org.br

 [podemos19](#)

 **podemos**
CÂMARA